

Publicidade Legal



ANO 59 - Nº 20.524
03 DE MARÇO DE 2023



ANUNCIE AQUI

(51) 3213-9139 | CONTATO.COMERCIAL@GRUPORBS.COM.BR



**PÁGINA
CERTIFICADA**

O jornal Zero Hora confirma a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente em gzh.com.br/publicidadelegal



Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

CNPJ/MF nº 32.161.500/0001-00

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

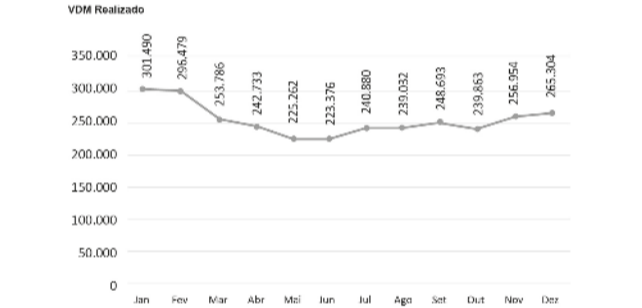
1. Sobre a Companhia: 1.1. Aos Acionistas: Apresentamos a seguir, o relatório das principais atividades da Companhia, juntamente com as Demonstrações Financeiras, relativos ao período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2022, acompanhados do relatório dos auditores independentes. **1.2. Apresentação:** A Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A., "CCR ViaSul" ou "Companhia", tem por objeto social específico e exclusivo, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da rodovia BR-101, BR-290, BR-386, e BR-448 no estado do Rio Grande do Sul, no trecho da BR-101/RS, entre a divisa SC/RS até o entroncamento com a BR-290 (Osório); da BR-290/RS, no entroncamento com a BR-101(A) (Osório) até o km 98,1; da BR-386, no entroncamento com a BR-285/377(B) (para Passo Fundo) até o entroncamento com a BR-470/116(A) (Canoas); e da BR-448, no entroncamento com a BR-116/RS-118 até o entroncamento com a BR-290/116 (Porto Alegre), totalizando 473,4 quilômetros, nos termos do contrato de concessão celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), em decorrência do leilão objeto do edital de concessão nº 01/2018 ("contrato de concessão"). O Sistema Rodoviário está inserido no Estado do Rio Grande do Sul passando por 36 cidades: Osório, Santo Antônio da Patrulha, Glorinha, Gravataí, Cachoeirinha, Porto Alegre, Esteio, Carazinho, Santo Antônio do Planalto, Victor Graeff, Tio Hugo, Mormaço, Soledade, Fontoura Xavier, São José do Herval, Pouso Novo, Marques de Souza, Forquethina, Lajeado, Estrela, Bom Retiro do Sul, Fazenda Vila Nova, Paverama, Taquari, Tabai, Triunfo, Montenegro, Nova Santa Rita, Canoas, Sapucaia do Sul, Torres, Dom Pedro de Alcântara, Três Cachoeiras, Três Forquilhas, Terra de Areia e Maquiné. O contrato de concessão foi assinado em 11 de janeiro de 2019 e tem duração de 30 anos contados a partir da assinatura da rodovia, que teve início em 15 de fevereiro de 2019. A Companhia de Participações em Concessões (CPC, empresa do Grupo CCR) foi a vencedora do leilão cujo critério de julgamento foi o maior desconto ofertado para a tarifa básica de pedágio, respeitando-se a tarifa teto de R\$ 7,24 referenciada a julho de 2018, cujo lance apresentado na proposta econômica foi de R\$ 4,30545 (deságio de 40,53%). As rodovias administradas pela Companhia são de fundamental importância para o processo de desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul. **1.3. Destaques de 2022:** O EBITDA em 2022 cresceu 5,20% em relação a 2021, totalizando R\$ 252.202. Esse crescimento é explicado pela 3ª revisão ordinária e o reajuste da tarifa básica de pedágio e pela redução das restrições devido à pandemia da Covid-19. Como principal destaque, temos as obras de duplicação de 165,9 km da BR-386, no trecho entre Marques de Souza e Lajeado, das quais já estão concluídas em 2022, 6,5 quilômetros, localizados entre os km 324+100 e km 330+600. Estão em andamento as obras de duplicação até o km 344+400, previstas para serem concluídas em junho/2023. Até o 18º ano da concessão, a Companhia duplicará 100% dos trechos, que atualmente não são duplicados entre os municípios de Carazinho/RS e Canoas/RS. Trata-se da obra mais esperada em relação à infraestrutura rodoviária do Estado do Rio Grande do Sul, justamente por ser um dos mais importantes corredores da produção. Como as obras de duplicação são normalmente complexas, envolvendo a interdição da rodovia, o uso de explosivos de rochas, a Companhia criou o CALL - Centro de Atendimento à Comunidade Lindeira, um veículo adaptado com recursos audiovisuais que percorre a comunidade levando todas as informações relacionadas às obras. Foram entregues as obras de implantações de passarelas, nos km 9+200, km 62+100, km 77+700 na BR-101. Continua em andamento a execução da obra das passarelas nos kms 20+000, km22+500 e km85+500 da BR-101 e no km 94+900 da BR-290. E, ainda foram concluídas a implantação de 4 Postos de Pesagem Veicular (PPV), sendo 2 na BR-101 e 2 na BR-386. Estão em andamento as obras de implantação da faixa adicional na BR-386 entre os km 344+400 e 349+500 entre os municípios de Estrela/RS e Lajeado/RS, a execução de interconexão no km 98+000 da BR-290, além de alargamento e reforços em obras de arte especiais e restauração de pavimento ao longo de toda a rodovia. Em outubro, a Companhia recebeu o Prêmio Rodovias+Brasil de Sustentabilidade, como reconhecimento do Ministério da Infraestrutura (Minfra), Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) pela iniciativa da implantação de Usinas Fotovoltaicas. Em novembro foi divulgado o resultado da pesquisa CNT - Confederação Nacional do Transporte, que é a principal pesquisa no ramo de rodovias e a BR 290 "Freeway" entrou no Top 10 do Brasil, classificada em 7º lugar e a BR 101 sul no Top 15 em 11º lugar. A Companhia completou em dezembro de 2022 1.415 dias de concessão com os seguintes marcos: 1.397 içamentos da ponte do vão móvel; repasse de mais de R\$ 100 milhões em ISS aos municípios; e o marco de 227 mil atendimentos aos usuários das rodovias.

2. Desempenho Econômico-Financeiro: 2.1. Receita e Mercado: As tarifas de pedágio cobradas pela Companhia são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. No período de 28 de março de 2022 a 14 de fevereiro de 2023, o valor da tarifa básica de pedágio determinada pelo referido órgão é de R\$ 5,20 (cinco reais e vinte centavos), conforme deliberação nº 126 de 21 de março de 2022. Em 2022, o total de veículos pedagiados foi de 52.619.304 ou 92.375.186 em veículos equivalentes bidirecionais nas 7 praças de pedágio. A receita operacional da Companhia em 2022, considerando a receita de pedágio e a receita de construção e acessória, totalizou R\$ 903.069. **2.2. Desempenhos:** Em 2021, vivenciamos uma crise econômica mundial decorrente da pandemia da Covid-19 iniciada em março de 2020. Em 2022 a Companhia obteve um aumento no resultado de 5,95% no lucro líquido em relação a 2021, devido principalmente pela retomada da atividade econômica.

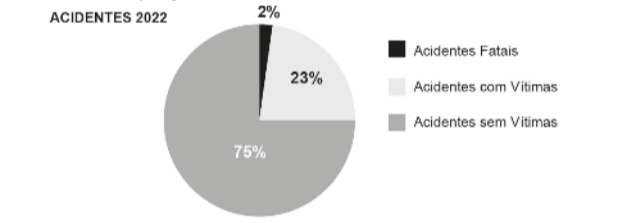
Em R\$ mil	2022	2021	Var. %
Receita líquida	862.254	672.230	28,27%
Receita de pedágio	470.194	421.379	11,58%
Receita de construção (ICPC 01 R1)	432.620	287.245	50,61%
Outras receitas	255	226	12,83%
(-) Deduções da receita bruta	(40.815)	(36.620)	11,46%
(-) Custos e despesas (a)	(639.329)	(453.721)	40,91%
Custos de construção (ICPC 01 R1)	(432.620)	(287.245)	50,61%
Demais custos e despesas	(206.709)	(166.476)	24,17%
Resultado antes Resultado Financeiro	222.925	218.509	2,02%
(+/-) Resultado financeiro líquido	18.655	18.904	-1,32%
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	(53.550)	(59.945)	-10,67%
Lucro líquido	188.030	177.468	5,95%
(-) Resultado financeiro líquido	(18.655)	(18.904)	-1,32%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	53.550	59.945	-10,67%
EBIT (b)	222.925	218.509	2,02%
Margem EBIT	25,85%	32,51%	-20,46%
Margem EBIT ajustada (c)	51,89%	56,76%	-8,58%
(+) Depreciação/Amortização	29.277	21.233	37,88%
EBITDA (b)	252.202	239.742	5,20%
Margem EBITDA	29,2%	35,7%	-17,99%
Margem EBITDA ajustada (c)	60,8%	64,7%	-6,03%
Investimentos (d)	(453.581)	(331.599)	36,79%
Veículos equivalentes (em milhares)	92.375	90.073	2,56%

(a) Custos totais: custos dos serviços prestados acrescidos das despesas gerais e administrativas. (b) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas receitas líquidas excluindo-se a receita de construção. (c) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção. (d) Os valores dos investimentos correspondem ao desembolso de caixa para o período ocorrido em 2022, diferente dos investimentos apresentados nos demais quadros, que correspondem ao período de competência da realização das obras. **2.2.1. Receita operacional:** A receita de pedágio em 2022 totalizou R\$ 470.194, um crescimento de 11,58% em relação a 2021, incremento devido ao aumento do tráfego de 2,56%, decorrente da retomada da atividade econômica após pandemia da Covid-19, e pelo reajuste da tarifa básica de pedágio ocorrido em março de 2022, que passou de R\$ 4,70 para R\$ 5,20. **2.2.2. Custos e despesas totais:** Os custos totais em 2022 foram de R\$ 639.329, dos quais R\$ 206.709 são custos operacionais e R\$ 432.620 são custos de construção. Os principais custos de construção são as obras de serviços de recuperação de pavimento, duplicação da BR-386, faixa adicional BR-386, implantação dos postos de pesagem veicular na BR-386 e BR-101, passarelas e dispositivos de segurança, conforme estabelecido no PER - Programa de Exploração da Rodovia. **2.2.3. Investimentos:** Em 2022, os investimentos realizados totalizaram R\$ 453.581, um aumento de 36,79% em relação a 2021. Destacamos a finalização da implantação de três passarelas, localizadas nos km 9+200, 62+100 e 77+700 da BR-101 e 4 Postos de Pesagem Veicular (PPV) nas BR-386 e BR-101, iniciados em 2021. Encontram-se em andamento as obras de ampliação de capacidade da rodovia com a duplicação da BR-386/RS entre km 324+100 e km 344+400, que terá sua conclusão em 2023, a implantação da faixa adicional na BR-386 entre os km 344+400 e 349+500, com previsão de finalização em 2024. Estão em execução também a implantação de 4 passarelas, nos km 20+000, 22+500 e 85+500 da BR-101 e km 94+900 da BR-290; execução de interconexão no km 98+000; além de alargamento e reforços em obras de arte especiais, com previsão de finalização em 2023.

Os investimentos descritos acima, classificados no balanço como imobilizado, intangível e infraestrutura em construção, correspondem aos valores contábeis, ou seja, registrados no momento de competência de cada período. **2.2.4. Captações de Recursos:** Em dezembro de 2019, a Companhia assinou um contrato de financiamento junto ao BNDES no montante de R\$ 1.235.198 a serem liberados em quatro subcréditos até 2032, a fim de viabilizar os investimentos de ampliação e obras de melhorias nas rodovias administradas pela Companhia e aquisições de equipamentos para operação. Em setembro de 2022, a Companhia captou o montante de R\$ 172.000, sendo R\$ 162.597 líquido de custo de transação no valor de R\$ 9.403 referente ao fee de 0,5% descontado do primeiro desembolso. **2.2.5. Valor Adicionado:** O valor adicionado líquido a distribuição gerado como riqueza pela Companhia em 2022 foi de R\$ 326.480 e em 2021 foi de R\$ 291.620, representando 37,86% e 43,38% da receita operacional líquida, respectivamente. **2.2.6. Dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária vigente. Os dividendos ainda seguem as determinações da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Em 25 de abril, conforme aprovado em RCA, foram distribuídos dividendos intermediários no montante de R\$ 40.021, referente a totalidade do saldo da conta reserva de retenção de lucros em 31 de dezembro de 2021. O pagamento deste montante ocorreu em 28 de abril. Em 21 de outubro, conforme aprovado em RCA, foram distribuídos dividendos intermediários no valor de R\$ 25.698 referente aos lucros apurados entre 1º de janeiro e 30 de setembro de 2022. Na mesma data foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$ 59.178 referente ao resultado *pro rata die* de movimentações ocorridas até 30 de setembro de 2022, ambos os pagamentos ocorreram em 28 de outubro de 2022. Em 12 de dezembro, conforme aprovado em RCA, foi aprovado o destaque de juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$ 21.068 calculado sobre o patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2021 acrescida ou reduzida de movimentações ocorridas em 2022, exceto quanto ao lucro do próprio exercício. O pagamento aos acionistas ocorrerá conforme vier a ser oportunamente deliberação. **2.2.7. Planejamento Empresarial:** A Companhia acredita no potencial da região em que está inserida, caracterizada como uma das áreas economicamente mais relevantes do Brasil, sendo que sua riqueza é baseada em diversos setores da economia, como indústria automotiva, agropecuária e construção civil. O planejamento empresarial tem se mostrado eficaz ao mapear os objetivos estratégicos e permitir a adaptabilidade e resiliência no enfrentamento de diversos desafios impostos pelas incertezas da pandemia da Covid-19, e na execução das tarefas que levam ao cumprimento dos resultados pactuados com os acionistas da Companhia. Utilizando a criatividade para superar as restrições impostas pela pandemia encontramos novas soluções que são tão eficientes quanto as práticas anteriores, permitindo um maior domínio de todo o processo de gestão empresarial, lapidando os processos e garantindo os resultados diante das adversidades. **2.2.8. Gestão pela Qualidade Total:** Com o compromisso de buscar a melhoria contínua de todos os seus processos, a Companhia realizou em 2022 a 2ª auditoria de manutenção das certificações ISO 9001 - Gestão da Qualidade, 14.001 - Gestão de Meio Ambiente e 39.001 - Gestão de Segurança Viária. **2.2.9. Recursos Humanos:** A Companhia acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. Atualmente a Companhia emprega 822 pessoas de forma direta, das quais, 395 pessoas foram contratadas em 2022. **3. Indicadores Operacionais: 3.1. Caracterização do Tráfego: 3.1.1. Volume:** No gráfico a seguir, é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente mensal (VDM), que totalizou um Volume Diário Médio Equivalente Anual (VDMA) de 253.083. Variação mensal do volume no ano base:



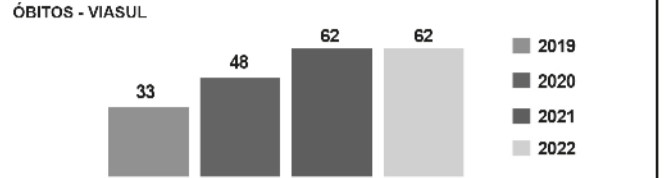
3.2. Segurança no Trânsito: 3.2.1. Acidentes: Os gráficos apresentam as estatísticas dos acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no período em 2022. **Percentual de acidentes por gravidade em 2022:**



Praça de pedágio	Cobrança	AUTO	4S	3S	2D	3D	4D	5D	6D	7D	8D	9D	10D	MOTO
Três Cachoeiras	5,20	5,20	10,40	7,80	10,40	15,60	20,80	26,00	31,20	36,40	41,60	46,80	52,00	2,60
Santo Antônio da Patrulha	5,20	5,20	10,40	7,80	10,40	15,60	20,80	26,00	31,20	36,40	41,60	46,80	52,00	2,60
Gravatá	5,20	5,20	10,40	7,80	10,40	15,60	20,80	26,00	31,20	36,40	41,60	46,80	52,00	2,60
Montenegro	5,20	5,20	10,40	7,80	10,40	15,60	20,80	26,00	31,20	36,40	41,60	46,80	52,00	2,60
Paverama	5,20	5,20	10,40	7,80	10,40	15,60	20,80	26,00	31,20	36,40	41,60	46,80	52,00	2,60
Fontoura Xavier	5,20	5,20	10,40	7,80	10,40	15,60	20,80	26,00	31,20	36,40	41,60	46,80	52,00	2,60
Victor Graef	5,20	5,20	10,40	7,80	10,40	15,60	20,80	26,00	31,20	36,40	41,60	46,80	52,00	2,60

Companhia em números		VIASUL	Unidade de medida ou comentário
Dados anuais		473,4	Quilômetros
Extensão da rodovia		52.619.304	
Número de veículos que transitaram		39.808.231	(Leve, mais de dois eixos, mais de três eixos)
Veículos leves		876.910	
Veículos isentos		7	
Número de praças de pedágios		5,20	Informação detalhada no item 3.4.5
Tarifa		473,4	Quilômetros por ano
Número de quilômetros mantidos		N/A	Por velocidade média de veículos
Índice de congestionamento		252.570	Volume do trânsito corrigido por fatores de tipo de veículo
Trânsito Médio Diário Equivalente		101	Informação detalhada no item 3.3.1
Equipamentos utilizados pelo concessionário		VRD<=>45 para BR-290/RS; VDR<=>47 para	Microtextura (Valor de Resistência à Derrapagem)
Índices de qualidade de estrada			

O gráfico demonstra o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia. Em relação a 2022, o número de mortos em 2021 quando comparado a 2019, permanece igual.



3.3. Dados de Operação da Concessão: 3.3.1. Veículos Alocados: Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Companhia na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados, a quantidade de veículos é dividida pela extensão (473,4 km) da via sob concessão e o resultado é multiplicado por 100.

Tipos de veículos alocados na concessão		
Tipo de Veículo	Quantidade	Qtde/100km
Viatura de inspeção	15	3
Guincho Leve	13	3
Guincho Pesado	4	1
Ambulância Tipo C	10	2
Ambulância Tipo D	4	1
Supervisão	3	1
Pipa	3	1
Munck	2	0
Caminhão Boieiro	3	1
Cesto Aéreo	1	0
Total de veículos operacionais	58	13
Administração	33	7
Pedágio	1	0
Segurança de trabalho	1	0
Manutenção	5	1
Faixa de domínio	3	1
Total de veículos de apoio	43	9
Total	101	22

No exercício de 2022, foram registrados 97.162 atendimentos ao usuário por meio do Sistema de Atendimento ao Usuário (disque CCR ViaSul), uma redução de 7% quando comparado a 2021. Foi implantado o Sistema de Chatbot (WhatsApp) que impulsionaram mais de 128 mil acessos no ano de 2022. **3.3.2. Funcionários Alocados:** São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários diretos alocados pela Companhia na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados, é acrescida uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida e o resultado é multiplicado por 10.000.

Tipo de funcionários alocados na concessão		
Funcionários	Qtd	Qtd/VDMA x 10.000
Diretoria	1	0,04
Gerente de Comunicação	1	0,04
Gerente de Atendimento	1	0,04
Gerente Administrativo Financeiro	1	0,04
Conservação	12	0,48
CCO	34	1,35
Engenharia	37	1,46
TI	35	1,39
Administrativo	87	3,44
Tráfego	110	4,36
Arrecadação	451	17,86
Pesagem	52	2,06
Total Geral	822	32,56

3.4. Aspectos Financeiros: Os demonstrativos financeiros anexos ao relatório dos nossos auditores, apresentam o desempenho financeiro da Companhia do último exercício comparado com o exercício anterior. Nos aspectos financeiros, apresentaremos os principais itens das demonstrações financeiras do exercício atual, em 2022, e o acumulado desde o início da concessão em 15 de fevereiro de 2019. **3.4.1. Receita:** O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere à renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas complementares, extraordinárias, alternativas ou provenientes de projetos associados.

	Em 2022	Acumulado
Receitas de pedágio	470.194	1.414.611
Receitas acessórias	255	572
Total das receitas	470.449	1.415.183

3.4.2. Investimentos: As tabelas a seguir demonstram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão.

	Em 2022	Acumulado
Intangível	414.715	1.246.711
Imobilizado	10.016	124.966
Total dos investimentos (líquidos amortização/depreciação)	424.731	1.371.677

3.4.3. Custos e Despesas Operacionais

	Em 2022	Acumulado
Custos Operacionais, exceto Custo de Construção	159.975	464.374
Despesas Operacionais	47.169	121.579
Total Custos e Despesas Operacionais	207.144	585.953

3.4.4. ISS pagos: A tabela mostra o valor total dos ISS pagos para as prefeituras no ano base.

	Em 2022	Acumulado
Pedágio	23.460	70.506
Acessória	-	14
ISS Total	23.460	70.520

3.4.5. Tarifas: A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano-base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo. Valor da tarifa por praça de pedágio em R\$ 5,20 em todas as praças, conforme tabela abaixo:

Categoria de veículos	Cobrança													
	AUTO	4S	3S	2D	3D	4D	5D	6D	7D	8D	9D	10D	MOTO	
3,00	4,00	5,00	6,00	7,00										

continuação Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. - CNPJ/MF nº 32.161.500/0001-00

Fator Trabalho		
Número de Trabalhadores	822	Por tipo de atividade e por categoria de trabalho
Operacional	724	
Administrativo	98	
Despesas de Pessoal	59.828	Por tipo de atividade e por categoria de trabalho
Operacional	40.671	
Administrativo	19.157	

Fatores Intermediários		
Despesas em Administração	19.157	Em valores monetários, exceto, despesas com pessoal e depreciação
Despesas em Manutenção	1.419	
Outras Despesas	10.906	

Seguridade		
Quantidade de Acidentes		3.140
Acidentes c/vítimas feridas		734
Acidentes s/vítimas		2.344
Acidentes c/mortos		62
Vítimas feridas		1.073
Mortos		62

Indicadores		
Receita por veículo	R\$ 5,10	Considera receitas operacionais, exceto receita de construção.
Custo por veículo	R\$ 2,25	Considera custos e despesas operacionais, exceto custo de construção.

Balanco social		
Faturamento bruto	903.069	708.850
Receita líquida (RL)	862.254	672.230
Resultado operacional (RO)	222.925	218.509
Folha de pagamento bruta (FPB)	59.828	34.875

Indicadores sociais internos			
	2022	2021	% Sobre % sobre
Alimentação	4.126	6,90%	0,48%
Encargos sociais	15.190	25,39%	1,76%
Previdência Privada	266	0,44%	0,03%
Saúde	3.220	5,38%	0,37%
Segurança e saúde no trabalho	-	0,00%	0,00%
Educação	-	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	252	0,42%	0,03%
Creche ou auxílio-creches	176	0,29%	0,02%
Participação dos lucros ou resultados	5.378	8,99%	0,62%
Outros	5.208	8,70%	0,60%
Total - Indicadores Sociais Internos	33.816	96,96%	5,03%

Indicadores sociais externos			
	2022	2021	% Sobre % sobre
Tributos (exceto encargos sociais)	70.790	118,32%	8,21%
Total - Indicadores sociais externos	70.790	202,98%	10,53%

Indicadores ambientais			
	2022	2021	% Sobre % sobre
Investimentos relacionados com a operação da Concessionária:	2.787	7.269	
Investimentos em programas e/ou projetos externos:	-	-	
Total de investimentos em meio ambiente	2.787	7.269	

Quando ao estabelecimento de metas anuais para minimizar				
	() Não possui metas	() Cumpre de 0 a 50%	() Cumpre de 50 a 75%	(x) Cumpre de 75 a 100%
resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar				
a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária:				

Indicadores do corpo funcional			
	2022	2021	% Sobre % sobre
Nº de colaboradores ao final do período	822	691	
Tempo de serviço até seis meses	31%	12%	
de seis meses a um ano	17%	29%	
entre um e dois anos	18%	57%	
entre dois e cinco anos	33%	0%	
mais de cinco anos	2%	2%	
Nº de admissões durante o período	395	282	
Nº de demissões durante o período	444	397	
Nº de colaboradores terceirizados	2.140	1.746	
Nº de estagiários(as)	3	0	
Nº de colaboradores com até 18 anos	2	13	
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	245	223	
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	469	375	

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de Reais)

Ativo	Notas			2022			2021		
	Nota	2022	2021	Nota	2022	2021	Nota	2022	2021
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	6	201.608	220.486	14	845	-	13	70.905	37.147
Aplicações financeiras	6	222	141.462	9	19.435	1.017	6.216	21.691	1.017
Contas a receber	7	23.251	20.068	8	8.700	5.976	8.700	5.976	5.976
Contas a receber - partes relacionadas	9	2.035	386	10	6.882	7.862	10.682	7.862	7.862
Tributos a recuperar		7.418	5.041		1.076	978		1.076	978
Adiantamento a fornecedores		62	-	12b	1.788	54		1.788	54
Despesas antecipadas e outros		3.204	2.417		17.908	-		17.908	-
Total do ativo circulante		<u>237.800</u>	<u>389.860</u>		<u>138.255</u>	<u>74.796</u>		<u>138.255</u>	<u>74.796</u>
Não circulante									
Realizável a longo prazo									
Impostos diferidos	8b	5.931	4.747	14	162.823	-	13	5.909	8.485
Depósitos judiciais		1.695	450		19	-		838	543
		7.626	5.197		16	19.933		9.555	15
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários		10	124.966		15	145		75	75
Provisão de manutenção		11	714.661		12b	2.578		39	39
Total do passivo não circulante					<u>192.245</u>	<u>18.697</u>			
Patrimônio líquido									
Capital social	17a	1.188.456	1.188.456	17a	1.188.456	1.188.456	17b	53.787	60.143
Reservas de lucros					48.421	-		48.421	-
Dividendo adicional proposto					<u>1.290.664</u>	<u>1.248.599</u>		<u>1.290.664</u>	<u>1.248.599</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.621.164</u>	<u>1.342.092</u>		<u>1.621.164</u>	<u>1.342.092</u>		<u>1.621.164</u>	<u>1.342.092</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de Reais)

Saldos em 1º de janeiro de 2021	Reservas de lucros				Total
	Capital social	Legal	Retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	
1.188.456	11.249	4.156	3.357	1.207.218	
Distribuição de dividendos em 27 de abril de 2021	-	-	(4.156)	(3.357)	(7.513)
Lucro líquido do exercício	177.468	-	-	-	177.468
Destinações:					
Reserva legal	-	8.873	-	-	(8.873)
Distribuição de dividendos intermediários em 29 de outubro de 2021	-	-	-	-	(72.165)
Juros sobre capital próprio em 25 de novembro de 2021 (líquido)	-	-	-	-	(39.109)
Juros sobre capital próprio em 25 de novembro de 2021 (IRRF)	-	-	-	-	(6.902)
Juros sobre capital próprio em 16 de dezembro de 2021 (líquido)	-	-	-	-	(8.838)
Juros sobre capital próprio em 16 de dezembro de 2021 (IRRF)	-	-	-	-	(1.560)
Reserva de retenção de lucros	-	-	40.021	-	(40.021)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.188.456	20.122	40.021	-	1.248.599
Lucro líquido do exercício	188.030	-	-	-	188.030
Distribuição de dividendos em 28 de abril de 2022	-	-	(40.021)	-	(40.021)
Destinações:					
Reserva legal	-	9.402	-	-	(9.402)
Distribuição de dividendos intermediários em 21 de outubro de 2022	-	-	-	-	(25.698)
Juros sobre capital próprio em 21 de outubro de 2022 (líquido)	-	-	-	-	(50.301)
Juros sobre capital próprio em 21 de outubro de 2022 (IRRF)	-	-	-	-	(8.877)
Juros sobre capital próprio em 12 de dezembro de 2022 (líquido)	-	-	-	-	(17.908)
Juros sobre capital próprio em 12 de dezembro de 2022 (IRRF)	-	-	-	-	(3.160)
Dividendo adicional proposto	-	-	48.421	-	(48.421)
Reserva de retenção de lucros	-	-	24.263	-	(24.263)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.188.456	29.524	24.263	48.421	- 1.290.664

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

relacionamento com *stakeholders*, na imagem do Grupo CCR e nos seus resultados de curto, médio e longo prazos. Em 2022, seguimos avançando com o desdobramento das ações do Plano Diretor ESG e metas ESG atreladas à remuneração variável dos executivos, que são desdobradas na Companhia. Integramos pela 12ª vez consecutiva a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e do Índice de Carbono Eficiente (ICO2), ambos da B3. Além disso, possuímos *rating* A no MSCI, nota B no CDP e Selo Ouro no GHG *Protocol* desde 2013. A definição da estratégia corporativa de sustentabilidade é decidida de forma colegiada através da Diretoria Executiva, do Comitê de Gente e ESG e do Conselho de Administração da CCR S.A. A Diretoria Executiva conta com um executivo responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para os negócios. A sustentabilidade pelo planejamento e análise dos projetos de responsabilidade social é do Instituto CCR, também responsável pela gestão do investimento social da Companhia, conforme descrito no item 4.3. Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR. Para conhecer as políticas do Grupo CCR, acesse a seção de Governança no *site* da CCR, no item Políticas, Estatuto, Código de Ética, Acordo de Acionistas e Outros Contratos - CCR. Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do seu Relatório Anual Integrado (RAI), adotando a metodologia proposta pelo Comitê Internacional para Relatos Integrados (sigla em inglês, IIRC) e dos indicadores padronizados internacionalmente, propostos pela *Global Reporting Initiative* (GRI) e *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB). Para ler a edição mais recente do Relatório Anual Integrado acesse <http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios>. **4.3. Iniciativas voluntárias:** O Grupo CCR participa voluntariamente de iniciativas externas capitaneadas por instituições reconhecidas pelo esforço para a promoção do desenvolvimento sustentável. Os principais movimentos aos quais a Companhia adere são: • Pacto Global (Organização das Nações Unidas - ONU): iniciativa da ONU que dissemina 10 a serem seguidos por companhias que ambicionam agir com responsabilidade e sustentabilidade. • Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): plataforma da ONU que visa engajar governos, empresas, ONGs e cidadãos em prol do desenvolvimento sustentável. • *Disclosure Insight Action* (CDP): coalizão internacional que fomenta a publicação de inventários de GEE (Gases do Efeito Estufa) e informações sobre a gestão das emissões para o público investidor. • *Global Reporting Initiative* (GRI): organização *multistakeholder* que desenvolveu as diretrizes mais aceitas internacionalmente para o relato da gestão de sustentabilidade corporativa. • *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB): os padrões SASB promovem a divulgação de informações materiais de sustentabilidade para atender às necessidades dos investidores de acordo com cada setor. • Relatório Integrado (IIRC): o principal objetivo desse *framework* é explicar para os *stakeholders* como a Companhia gera valor ao longo do tempo, em diferentes tipos de capitais. • Movimento Ambição *Net Zero*: uma iniciativa do Pacto Global da ONU no Brasil, que apoia empresas a estabelecerem compromissos e metas em relação ao clima. **4.4. Instituto CCR:** O Instituto CCR, entidade sem fins lucrativos, criado em 2014 responsável por gerir o investimento social do Grupo CCR, proporcionando a transformação social nas regiões onde atua. Apoiar projetos via leis de incentivo, campanhas institucionais e por meio dos programas proprietários, como o Caminhos para a Cidadania, que está presente em mais de 1.600 escolas e forma mais de 3 mil professores, e o Caminhos para a Saúde, que oferece atendimentos de saúde a caminheiros, motociclistas, passageiros, ciclistas e clientes de metrô somando 49 mil atendimentos em 2022. O foco do Instituto CCR é a transformação social por meio de iniciativas de cultura, educação, esporte e saúde. Somente em 2022, foram aplicados R\$ 49 milhões em projetos sociais. Saiba mais em www.institutoccr.com.br. **4.5. Considerações Finais:** **4.5.1. Auditores Independentes:** Em atendimento à determinação da Resolução CVM n.º 162, de 13 de julho de 2022, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não contrataram seus Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes. **4.5.2. Cláusula Compromissória:** A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu Estatuto Social. **4.5.3. Declaração da Diretoria:** Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM n.º 80 de 29 de março de 2022 conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG") emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. **4.5.4. Agradecimentos:** Gostariamos de expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da Companhia.

Porto Alegre, 02 de março de 2023.
A Administração.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

	Notas		
	2022	2021	2021
Receita operacional líquida	18	862.254	672.230
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(432.620)	(287.245)
Serviços		(46.586)	(42.871)
Custo com pessoal		(40.671)	(26.532)
Custo com poder concedente		(12.765)	(11.669)
Materiais, equipamentos e veículos		(15.752)	(13.696)
Provisão de manutenção		(8.970)	(9.296)
Depreciação e amortização	10, 11 e 12a	(22.651)	(17.654)
Outros		(12.580)	(14.744)
		(592.595)	(423.707)
Lucro bruto		269.659	248.523
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com pessoal		(19.157)	(8.343)
Serviços		(9.061)	(10.105)
Materiais, equipamentos e veículos		(1.419)	(836)
Depreciação e amortização	10, 11 e 12a	(6.626)	(3.579)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(1.373)	(1.344)
Gastos com viagens e estadias		(410)	(109)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários		(70)	(75)
Lei Rouanet, incentivos audiovisuais, esportivos e outros		(3.726)	(2.793)
Editais e publicações		(571)	(355)
Outros		(4.321)	(2.475)
		(46.734)	(30.014)
Resultado antes do resultado financeiro		222.925	218.509
Resultado financeiro	19	18.655	18.904
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		241.580	237.413
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8a	(53.550)	(59.945)
Lucro líquido do exercício		188.030	177.468
Lucro líquido por ação - básico e diluído (em reais - R\$)	17f	0,15821	0,14933

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de Reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	188.030	177.468
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	188.030	177.468

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua

coninuação				Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. - CNPJ/MF nº 32.161.500/0001-00				DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de Reais)					
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de Reais)				DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de Reais)				DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de Reais)					
	Nota	2022	2021		Nota	2022	2021		2022	2021		2022	2021
Receitas				Empregados				Fluxo de caixa das atividades operacionais	2022	2021	Lucro do período	188.030	177.468
Receitas operacionais	18	903.069	708.850	Remuneração direta		36.972	19.531	Lucro líquido	188.030	177.468	Ajustes por:		
Insumos adquiridos de terceiros				Benefícios		11.688	8.715	Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.184)	(4.273)	Depreciação e amortização	28.724	21.170
Custo de construção		(432.620)	(287.245)	FGTS		2.175	1.265	Baixa do ativo imobilizado	110	558	Juros e variação monetária sobre financiamento	2.676	-
Provisão de manutenção	15	(8.970)	(9.296)	Outras		1.192	843	Variação cambial fornecedores estrangeiros	9	6	Atualização monetária sobre provisões para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	14	3
Custos dos serviços prestados		(85.354)	(81.369)	Tributos				Reversal do ajuste a valor presente do arrendamento	143	10	Depreciação - Arrendamento	553	63
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(20.368)	(18.087)	Federais		78.683	79.975	Resultado de operações com derivativos	4.039	896	Constituição da provisão de manutenção	8.970	9.296
Valor adicionado bruto		355.757	312.853	Estaduais		320	185	Ajuste a valor presente provisão manutenção	1.408	259	Constituição provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	4.629	2.242
Depreciação e amortização		(29.277)	(21.233)	Municipais		23.496	21.059	Juros e variações monetária com outras obrigações	(3.531)	9.237	Rendimento de aplicação financeira	235.111	216.935
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia		326.480	291.620	Remuneração de capitais de terceiros				Variações nos ativos e passivos (Aumento) redução dos ativos			Contas a receber	(3.183)	(4.710)
Valor adicionado recebido em transferência				Juros		9.869	3.069	Contas a receber - partes relacionadas	(1.649)	511	Tributos a recuperar	(2.361)	(370)
Receitas financeiras	19	28.585	22.054	Aluguéis		2.640	1.564	Adiantamento a fornecedores	(62)	34	Despesas antecipadas e outras	(2.032)	(2.107)
Valor adicionado total a distribuir		355.065	313.674	Remuneração de capitais próprios				Aumento (redução) dos passivos			Fornecedores	11.450	(14.383)
Distribuição do valor adicionado				Dividendos e juros sobre capital próprio		154.365	128.574	Fornecedores - partes relacionadas	17.897	(92)	Fornecedores sociais e trabalhistas	3.115	3.241
				Lucros retidos do exercício		33.665	48.894	Impostos e contribuições a recolher	41.854	52.021	Pagamentos com imposto de renda e contribuição social	(66.642)	(60.981)
						355.065	313.674	Pis e Cofins diferidos	19	-	Pagamentos de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	(4.573)	(2.170)
								Obrigações com o poder concedente	98	43	Outras contas a pagar	629	(85)
								Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	229.671	187.887	Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	229.671	187.887
								Fluxo de caixa das atividades de investimentos			Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
								Aquisição de ativo imobilizado	(22.594)	(30.896)	Aquisição de ativo imobilizado	(22.594)	(30.896)
								Adições de ativo intangível	(413.644)	(302.408)	Adições de ativo intangível	(413.644)	(302.408)
								Outros de ativo intangível	2.380	1.705	Outros de ativo intangível	2.380	1.705
								Aplicações financeiras líquidas de resgate	144.940	321.919	Aplicações financeiras líquidas de resgate	144.940	321.919
								Aplicações - conta reserva	(169)	-	Aplicações - conta reserva	(169)	-
								Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(289.087)	(9.680)	Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(289.087)	(9.680)
								Fluxo de caixa das atividades de financiamento			Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
								Liquidação de operações com derivativos	(4.039)	(896)	Liquidação de operações com derivativos	(4.039)	(896)
								Financiamento			Financiamento		
								Captação	162.597	-	Captação	162.597	-
								Pagamento	(1.605)	-	Pagamento	(1.605)	-
								Arrendamento			Arrendamento		
								Pagamento	(395)	(69)	Pagamento	(395)	(69)
								Dividendos e JCP pagos	(116.020)	(127.626)	Dividendos e JCP pagos	(116.020)	(127.626)
								Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento	40.538	(128.591)	Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento	40.538	(128.591)
								(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	(18.878)	49.616	(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	(18.878)	49.616
								Demonstração do (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa			Demonstração do (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		
								No início do exercício	220.486	170.870	No início do exercício	220.486	170.870
								No final do exercício	201.608	220.486	No final do exercício	201.608	220.486
									(18.878)	49.616		(18.878)	49.616

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Companhia é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Avenida Paraná, nº 2435, Bairro Navegantes, na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul. A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 14 de fevereiro de 2049, a exploração das Rodovias de Integração do Sul, composto pelas rodovias BR-101, BR-290, BR-386, BR-448 no estado do Rio Grande do Sul, no trecho da BR-101/RS, entre a divisa SC/RS até o entroncamento com a BR-290 (Osório); da BR-290/RS, no entroncamento com a BR-101(A) (Osório) até o km 98,1; da BR-386, no entroncamento com a BR-285/377(B) (Passo Fundo) até o entroncamento com a BR-470/116(A) (Canoas); e da BR-448, no entroncamento com a BR-116/RS-118 até o entroncamento com a BR-290/116 (Porto Alegre), sendo responsável pela administração de 473,4 km, compreendendo a exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário, nos termos do contrato de concessão 01/2019 celebrado com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. A Companhia foi constituída em 21 de novembro de 2018 e iniciou suas operações em 15 de fevereiro de 2019. A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início nas praças da BR-290 em 15 de fevereiro de 2019, na mesma data da assunção da concessão, e nas praças da BR-101 e BR-386 em 9 de fevereiro de 2020, após a conclusão e aprovação das obras e dos serviços denominados "trabalhos iniciais", conforme definido no Programa de Exploração do Lote e poderá ser reajustada anualmente, tendo como data-base do reajuste o mês de fevereiro. **Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato:** No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações. Entretanto, há previsão no contrato de concessão de direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão. O direito do Poder Concedente de rescindir o contrato de concessão da Companhia inclui o desempenho insatisfatório da concessionária e a violação significativa dos termos do referido contrato. O contrato de concessão da Companhia poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo Poder Concedente, tais como o não pagamento por parte do Poder Concedente conforme estabelecido no contrato, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim. Neste caso, os serviços prestados pela Companhia não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. Em 02 de março de 2023, foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas estão demonstradas na nota explicativa 3m - Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível - ICPC 01 (R1). As incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

3n Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

8b Impostos diferidos

11 Intangível e infraestrutura em construção

14 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

19 Instrumentos financeiros

3. Principais práticas contábeis: As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. **a) Moeda estrangeira:** Transações com moeda estrangeira: Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados. **b) Receitas de contratos com clientes:** É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de desempenho e; (5) reconhecimento da receita. As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias. As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados. As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação de serviço. Os valores das tarifas são pactuados na celebração de cada contrato de concessão, que preveem as premissas de reajustes anuais. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. **c) Instrumentos financeiros Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente:** **Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. eles incluem a questão de saber se a estratégia da administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais, de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério, se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros a custo amortizado** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Ativo financeiro a VJR** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento: Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: • os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: • substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • a companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **d) Caixa e equivalentes de caixa:** • Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação. • Aplicações financeiras: Referem-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados. **e) Ativo imobilizado:** • Reconhecimento e mensuração: O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. • Depreciação: A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 10. Os métodos de de-

continuação

ij) Provisão de manutenção - contratos de concessão: As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários. A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. **jj) Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. **kk) Benefícios a empregados:** Planos de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **ll) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração, que contempla premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactadas pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego entre outras. O imposto diferido não é reconhecido para: diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio. **Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação. **m) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - (ICPC 01 (R1)/IFRIC 12):** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando a zero. Dispendios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização. **n) Arrendamento:** A IFRS 16/ CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Os pagamentos do arrendamento incluem: (i) pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual; (iii) valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. - CNPJ/MF nº 32.161.500/0001-00

garantias de valor residual; (iv) o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e (v) pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "direito de uso em arrendamento" e passivos de arrendamento em "arrendamento" no balanço patrimonial. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. A companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento. Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 12. **o) Informação por segmento:** A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitos. A área geográfica de concessão da Companhia é dentro do estado do Rio Grande do Sul e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos). Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Companhia. **p) Demonstrações do valor adicionado:** A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme CPCs e aplicável às Companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional. **q) Adoção inicial de normas novas e alterações:** A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2022, as novas normas abaixo descritas, que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2022: **Benefícios relacionados ao COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (alteração ao CPC 06/IFRS 16) após 30 de junho de 2021:** A alteração estendeu a disponibilidade do expediente prático de aplicação às concessões de aluguel para que qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afete apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022. **Contratos Onerosos - Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37):** As alterações buscam esclarecer quais custos devem ser considerados na estimativa do custo de cumprimento de um contrato para avaliar se o contrato é oneroso. Para isso, foram considerados tanto os custos incrementais de cumprimento do contrato quanto alocação de outros custos que se relacionam diretamente com o cumprimento do contrato. As alterações são efetivas para contratos em que uma entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações em ou após 1º de janeiro de 2022. **Revisão anual das normas de IFRS 2018 - 2020 (aplicáveis para a Companhia):** i. IFRS 1 - Adoção pela Primeira Vez das Normas IFRS por subsidiárias: Esta alteração simplifica a aplicação da IFRS 1 para uma subsidiária que adota pela primeira vez as Normas IFRS depois de sua controladora - ou seja, se uma subsidiária adota as Normas IFRS posteriormente e aplica a IFRS 1. Uma subsidiária pode optar por mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações estrangeiras em valores incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para as normas IFRS. ii. IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Taxas incluídas no teste de "10 por cento" para baixa de passivos financeiros: Esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de "10 por cento" ao avaliar se um passivo financeiro deve ser desreconhecido. Assim, uma entidade incluirá apenas as taxas pagas ou recebidas entre a entidade (o devedor) e o credor, incluindo taxas pagas ou recebidas pela entidade ou pelo credor em nome da outra parte. iii. IFRS 16 - Arrendamentos: A alteração removeu o exemplo de reembolso de beneficiários em imóveis de terceiros, visto que o exemplo clarifica se o reembolso atenderia à definição de incentivo de arrendamento na IFRS 16. **Referências à estrutura conceitual - alterações ao CPC 15 (IFRS 3):** As alterações atualizaram o expediente da norma para que se refira à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura Conceitual de 1989, adiciona um requisito de que, para transações e outros eventos dentro do escopo do IAS 37 ou IFRIC 21, um adquirente aplique o IAS 37 ou IFRIC 21 (em vez da Estrutura Conceitual) para identificar os passivos que assumiu em uma combinação de negócios; adiciona uma declaração explícita de que um adquirente não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios. **r) Novas normas ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2022 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26 (IAS 1) e CPC 23 (IAS 8); • IFRS 17 - Contratos de seguros; • Divulgação de políticas contábeis - alterações ao CPC 23 (IAS 8) e IFRS Practice Statement 2; • Definição de estimativas contábeis - alterações ao CPC 23 (IAS 8); • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12); • Passivos de arrendamento em uma venda e leaseback - alterações ao CPC 06 (IFRS 16); • Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou joint venture - alterações ao CPC 36 e CPC 18 (IFRS 10 e IAS 28); e • Passivo não circulante com covenants - alterações ao CPC 26 (IAS 1). **4. Determinação dos valores justos:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Caixa e bancos: Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. • Aplicações financeiras: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg). • Derivativos: As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a NDF (*non deliverable forward*), que visam à proteção contra riscos cambiais. **Operações de swap de juros:** Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: inputs, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **5. Gerenciamento de riscos financeiros: Visão geral:** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; c) Risco de taxas de câmbio; d) Risco financeiro e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, que potencialmente sujeita a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras,

somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de rating. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento das perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 9, 19 e 20. **c) Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos. **d) Risco financeiro e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional do negócio, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos Entre 1 e Entre 2 e Entre 3 e Acima de				
	de 1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	4 anos
Financiamentos	8.888	10.011	9.878	11.494	240.525
Fornecedores e outras contas a pagar	71.605	5.692	56	-	161
Fornecedores - partes relacionadas	19.435	-	-	-	-
Obrigações com o poder concedente	1.076	-	-	-	-

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	2022		2021	
	2022	2021	2021	2021
Caixa e bancos	19.762	4.903	-	-
Aplicações financeiras	-	-	-	-
Fundos de investimentos e CDB	181.846	215.583	222	141.462
Total - Caixa e equivalentes de caixa	201.608	220.486	222	141.462
Aplicações financeiras	-	-	169	-
Conta reserva	-	-	53	141.462
Fundos de investimentos e CDB	-	-	222	141.462

Total - Aplicações financeiras

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 102,39% do CDI, equivalente a 12,73% a.a., em 31 de dezembro de 2022 (103,87 % do CDI, equivalente a 4,57% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2021).

7. Contas a receber das operações

	2022		2021	
	2022	2021	2021	2021
Circulante	-	-	-	-
Receitas acessórias (a)	-	65	-	-
Receitas de pedágio (b)	23.251	20.003	23.251	20.068

Idade de vencimento dos Títulos

	2022		2021	
	2022	2021	2021	2021
Crédito a vencer	23.251	20.068	23.251	20.068

(a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas no contrato de concessão; e (b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio.

8. Imposto de renda e contribuição social: a. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social - correntes e diferidos: A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	2022		2021	
	2022	2021	2021	2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	241.580	237.413	-	-
Alíquota nominal	34%	34%	-	-
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(82.137)	(80.720)	-	-
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes	-	-	-	-
Despesas indedutíveis	(653)	(578)	-	-
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(201)	20	-	-
Juros sobre capital próprio	27.284	19.179	-	-
Incentivos relativos ao imposto de renda (PAT e prorrogação de licença maternidade)	2.132	2.130	-	-
Outros ajustes tributários	25	24	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(53.550)	(59.945)	-	-
Impostos correntes	(54.734)	(64.218)	-	-
Impostos diferidos	1.184	4.273	-	-
	(53.550)	(59.945)	-	-
	22,17%	25,25%	-	-

Alíquota efetiva do imposto

6. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	2022				
	Reconhecido no 2021	Resultado líquido 2021	Valor líquido 2021	Passivo líquido 2021	Fiscal líquido 2021
Provisão para participação nos resultados (PLR)	931	409	1.340	1.340	-
Provisão de manutenção	3.247	3.530	6.777	6.777	-
Custo de transação de empréstimos	-	(3.145)	(3.145)	-	(3.145)
Arrendamento	1	103	104	104	-
Tributos com exigibilidade suspensa de PIS e COFINS	173	167	340	340	-
Programa de gratificação de longo prazo	185	183	368	368	-
Outros	210	(63)	147	147	-
Impostos ativos antes da compensação	4.747	1.184	5.931	9.076	(3.145)
Compensação de imposto	-	-	-	(3.145)	3.145
Imposto diferido líquido ativo	4.747	1.184	5.931	5.931	-

	2021				
	Reconhecido no 2020	Resultado líquido 2020	Valor líquido 2020	Passivo líquido 2020	Fiscal líquido 2020
Provisão para participação nos resultados (PLR)	88	843	931	931	-
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	-	25	25	25	-
Provisão de manutenção	-	3.247	3.247	3.247	-
Provisão para fornecedores	39	(38)	1	1	-
Despesas pré-operacionais	270	(86)	184	184	-
Arrendamento	-	1	1	1	-
Tributos com exigibilidade suspensa de PIS e Cofins	-	173	173	173	-
Outros	77	108	185	185	-
Impostos ativos antes da compensação	474	4.273	4.747	4.747	-
Imposto diferido líquido ativo	474	4.273	4.747	4.747	-

9. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2022 e 2021, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas.

	2022			2021			
	Controladora	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total
Ativo	-	-	-	-	-	-	-
Aplicações financeiras	-	-	88.372	88.372	-	-	-
Bancos conta movimento	-	-	11	11	-	-	-
Contas a receber	-	12	2.023	2.035	6	380	386
Outros créditos	-	-	23	23	-	-	-
Passivo	-	-	-	-	-	-	-
Fornecedores	-	19.383	52	19.435	976	41	1.017
Juros sobre capital próprio a pagar	17.908	-	-	17.908	-	-	-

continua

continuação				Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. - CNPJ/MF nº 32.161.500/0001-00					
Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo				nas taxas de juros. Nas análises de sensibilidade, não foram consideradas novas contratações de operações com derivativos além das já existentes. A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros: Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2023 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.					
Ativos	Nível	2022	2021	Efeito em R\$ no resultado					
Valor justo através do resultado				Exposição em R\$ (4)(5)	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%		
Caixa e bancos	Nível 2	19.762	4.903	172.910	(8.063)	(8.063)	(8.063)		
Aplicações financeiras	Nível 2	181.899	357.045		(8.063)	(8.063)	(8.063)		
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	Nível 2	169	-						
		<u>201.830</u>	<u>361.948</u>						
Custo amortizado				Risco					
Contas a receber		23.251	20.068	IPC-A (3)					
Contas a receber de clientes - partes relacionadas		2.035	386	Efeitos sobre financiamentos					
		<u>25.286</u>	<u>20.454</u>	CDI (2)					
Passivos				Efeitos sobre aplicações financeiras					
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado				As taxas de juros consideradas foram (1):					
Financiamentos em moeda nacional (a)		(163.668)	-	CDI (2)					
Fornecedores e outras contas a pagar		(77.514)	(45.626)	IPC-A (3)					
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas		(19.435)	(1.017)	13,6500% 17,0600% 20,4700%					
Juros sobre o capital próprio a pagar		(17.908)	-	5,7900% 7,2375% 8,6850%					
Obrigações com Poder Concedente		(1.076)	(978)						
		<u>(279.601)</u>	<u>(47.621)</u>						
		<u>(52.485)</u>	<u>334.781</u>						
(a) Valores líquidos dos custos de transação. Instrumentos financeiros derivativos: As operações com derivativos finalizadas em 31 de dezembro de 2022, tinham por objetivo principal a proteção contra flutuações de outros indexadores, sem caráter especulativo. Dessa forma, eram caracterizados como instrumentos de <i>hedge</i> e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado. A Companhia contratou operações de NDF <i>hedge</i> para proteção contra riscos de câmbio sobre a importação da usina de asfalto com a XP Invest. Todos os instrumentos financeiros derivativos da Companhia foram negociados em mercado de balcão. Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:									
	Data de vencimento	Valores brutos contratados e liquidados	Resultado						
		Moeda estrangeira	Ganho/(Perda) em resultado						
		Recebidos/(Pagos)	em resultado						
		2022	2021						
NDF - risco de câmbio									
Posição ativa	2022	(4.039)	(896)	(4.039)	(896)				
		(4.039)	(896)	(4.039)	(896)				
Análise de sensibilidade: As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações									
				2022	2021				
Fornecedores				19.723	6.810				
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais				19.723	6.810				
Adições ao ativo intangível				(19.723)	(6.810)				
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento				(19.723)	(6.810)				

b. Reconciliação das atividades de financiamento

Financiamento	Operações com derivativos	Juros sobre capital próprio a pagar	Arrendamento	Total
Saldo Inicial	-	-	(93)	(93)
Variáveis dos fluxos de caixa de financiamento				
Dividendos pagos	-	116.020	-	116.020
Pagamento de principal e juros	1.605	-	395	2.000
Liquidação de operações com derivativos	-	4.039	-	4.039
Captação de financiamento	(162.597)	-	-	(162.597)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(160.992)	4.039	116.020	395 (40.538)
Outras variações				
Resultado das operações com derivativos e valor justo	-	(4.039)	-	(4.039)
Reversão do ajuste a valor presente	-	-	(143)	(143)
Despesa com juros e variação monetária	(2.676)	-	-	(2.676)
Outras variações que não afetam caixa	-	(98.112)	(4.525)	(102.637)
Total das outras variações	(2.676)	(4.039)	(98.112)	(4.668) (109.495)
Saldo Final	(163.668)	-	17.908	(4.366) (150.126)

Composição do Conselho de Administração

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Presidente
Pedro Paulo Archer Sutter	Conselheiro
Roberto Penna Chaves Neto	Conselheiro

Composição da Diretoria

Fausto Camilotti	Diretor-Presidente
Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Diretor
Thais Caroline Borges	Diretor

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0 S/RS

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas e Administradores da
Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. - Porto Alegre - RS
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Capitalização de gastos relacionados aos ativos de concessão:** Veja as Notas 2 (f), 2(m) e 11 das demonstrações financeiras. **Principal assunto de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 429.330 referente a infraestrutura em construção que está sendo realizada na concessão. Conforme ICPC 01/OCPC 05 - Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos, uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas adicionais, enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos, uma vez que não representam potencial de geração de receita adicional. A Companhia exerceu julgamentos para determinar quais os gastos que possuem potencial de geração de receitas adicionais e, consequentemente, são reconhecidos como ativos. Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria, devido à natureza da política contábil relativa ao assunto e ao julgamento realizado pela Companhia para aplicação dessa política contábil, que pode ter efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Testes documentais, em base amostral, dos gastos com a construção e melhoria da infraestrutura em construção, incluindo: a inspeção das medições, notas fiscais, comprovantes de pagamentos e contratos. - Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos com a construção, melhoria e manutenção da infraestrutura, considerando os critérios e políticas

contábeis para determinação se tais gastos são qualificáveis ou não para capitalização. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os gastos capitalizados com construção e melhoria da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável

é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 02 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SPMarcelo Gavioli
Contador CRC 1SP201409/O-1**ANUNCIE AQUI****(51) 3213-9139****CONTATO.COMERCIAL@GRUPORBS.COM.BR**